



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**PRESIDENTE: JAIR TATTO**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA  
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO  
DATA: 29 DE NOVEMBRO DE 2022

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Bom dia a todos e a todas. Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 29ª Audiência Pública semipresencial desta Comissão, do ano de 2022.

Esta audiência tem como tema o PL 579/2022, do Executivo, Prefeito Ricardo Nunes, que “Encaminha projeto de lei orçamentária que estima a receita e fixa a despesa do Município de São Paulo para o exercício de 2023.” É a segunda audiência geral.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo pelo endereço [www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online](http://www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online) e também pelo YouTube e Facebook da Câmara Municipal de São Paulo.

O convite para esta audiência está sendo publicado no *Diário Oficial da Cidade*, desde o dia 08/11/2022, e foi publicado no jornal *O Estado de S.Paulo*, nos dias 05/11/2022 e 18/11/2022, e na *Folha de S.Paulo*, nos dias 07/11/2022 e 18/11/2022.

As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo, desde o dia 08/11/2022, no endereço: [www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual](http://www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual) e permanecerão abertas até o fim da fala do Sr. Secretário Municipal da Fazenda. Fica o registro. Portanto, as inscrições estão abertas, neste momento, e permanecerão abertas até o final da fala do Secretário da Fazenda.

As demandas do Orçamento 2023 poderão ser entregues junto à Secretaria da Comissão ou participe com sua proposta por escrito, por meio dos formulários disponíveis em [www.saopaulo.sp.leg.br/orcamento2023-audiencias-publicas](http://www.saopaulo.sp.leg.br/orcamento2023-audiencias-publicas) ou pelo e-mail: [financas@saopaulo.sp.leg.br](mailto:financas@saopaulo.sp.leg.br).

Foram convidados para esta audiência o Sr. Guilherme Bueno de Camargo, Secretário Municipal da Fazenda, que se faz presente de forma *on-line*. Bom dia, Secretário. Também o Sr. João Antonio da Silva Filho, Presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, representado pela Sra. Camila Alexandra Majer Baldresca, Auditora de Controle Externo; e os Vereadores da Câmara Municipal. Encontram-se presentes, de forma *on-line*, os Vereadores Gilberto Nascimento e Isac Felix; e, de forma presencial, o Vereador Dr. Sidney Cruz,

Relator do Orçamento 2023. Convidada também a sociedade em geral.

Informo que não há mais audiência agendada do orçamento, pois finalizamos hoje. Na condição de Presidente da Comissão, informo que, a partir de amanhã, faremos audiências públicas de projetos pendentes. Vamos instruí-los para ficarem em condições de votação.

Na quinta-feira, dia 19/12/2022, a Subcomissão de Cultura fará uma reunião no Galpão do Folias, na Rua Ana Cintra, nº 213, Santa Cecília. O tema é: “Um diálogo aberto com os movimentos de teatro, de grupo, cultura, imigrantes, artistas de rua, cultura, LGBTQIA+, batalhas de *slams* e sound systems.”

Bom dia, Secretário. Bom dia, Camila.

Obrigado, Secretário, mais uma vez, por estar conosco.

Imediatamente, passo a palavra ao Dr. Guilherme Bueno de Camargo, Secretário Municipal da Fazenda.

---

**O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO** – Bom dia, Sr. Presidente Jair Tatto. É um prazer estar com V. Exa., novamente. Quero cumprimentar o Vereador Sidney Cruz, Relator do Orçamento, que está presente fisicamente; também quero aproveitar para cumprimentar o Vereador Isac Felix e o Vereador Gilberto Nascimento, que estão *on-line*, e todos os demais Vereadores presentes, que ainda não tenho os nomes; a Dra. Camila Baldresca, representando o Presidente João Antonio, do Tribunal de Contas do Município, e todos os cidadãos participantes desta última audiência pública do nosso projeto de lei orçamentária para 2023.

Sr. Presidente, como de praxe, eu gostaria de passar a palavra para o Dr. Samuel Ralize de Godoy, que é o nosso Coordenador de Planejamento, que vai fazer a apresentação de hoje. Posso passar a palavra a ele?

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Sim, Secretário. Pode sim, claro.

**O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO** – Samuel, está com você a bola.

**O SR. SAMUEL RALIZE DE GODOY** – Muito obrigado, Sr. Secretário. Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia a todas e todos que estão nos acompanhando presencial ou à distância.

Meu nome é Samuel, como já foi dito. Trabalho na Subsecretaria de Planejamento e

Orçamento Municipal, na Secretaria Municipal da Fazenda, especificamente na Coordenadoria de Planejamento, que é a unidade que participa da consolidação da Peça Orçamentária, que é enviada para a Câmara.

- O orador passa a se referir a imagens compartilhadas virtualmente.

**O SR. SAMUEL RALIZE DE GODOY** – Nós vamos fazer uma recapitulação dos grandes números do PLOA 2023 e, a seguir, a gente continua conforme a ordem dos trabalhos.

Em relação às principais receitas, olhando até o ano de 2022, os últimos cinco ou seis exercícios, tem uma receita do imposto sobre serviços, o ISS, que em 2021 era de 23,8 bilhões de reais e está sendo projetada para 2022, até o final do ano, entre 24,7 e 25,2 bilhões. A gente observa um crescimento nominal dessa receita nos últimos anos.

Em relação ao IPTU, que é a arrecadação do imposto predial e territorial urbano, tem uma projeção muito próxima daquela verificada no ano anterior, entre 12,8 e 12,9 bilhões de reais, um leve crescimento, uma estabilização nos últimos quatro anos.

Em relação ao imposto sobre a transmissão de bens intervivos, que é aquele recolhido quando da venda e compra de um imóvel. A gente viu um crescimento bastante significativo dele em 2021, mas em 2022 a projeção é que ele volte ao patamar próximo do ano anterior a 2021, entre 3,1 ou 3,2 bilhões de reais.

Em relação à arrecadação do ICMS, que é o imposto estadual sobre a circulação de mercadorias e serviços, tem uma projeção ligeiramente inferior àquela verificada no ano passado, de mais ou menos 10 ou 10,1 bilhões de reais.

E a receita do IPVA, que é sobre a propriedade de veículos automotores, também coletada pelo estado, está projetada em torno de 3,4 bilhões para este ano.

As transferências correntes da saúde verificaram um grande aumento em 2020, com uma pequena queda em 2021. Isso se verificou por causa da pandemia de Covid-19, mas para 2022 já está sendo projetado um patamar muito similar ao pré-pandêmico, entre 2,6 e 2,7 bilhões de reais. No caso da educação, a gente vê transferências no valor projetado de 7,2 e 7,3 bilhões, um valor muito próximo ao verificado no ano passado. E no caso da assistência, nós vimos uma

grande queda das transferências em 2021, mas para 2022 estamos projetando um valor que quase

Nas receitas de capital tem a receita da outorga onerosa do direito de construir projetada entre 910 bilhões e 970 bilhões, valor muito próximo aos exercícios de 2019, 2021; houve uma queda em 2020.

E no convênio com o Estado, com a Sabesp, que abastece o Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura, estamos projetando para este ano 545 milhões de reais de receita.

Em transferências classificadas como receita de capital está previsto um total de 170 milhões de reais em 2022.

Do ponto de vista da despesa, a gente coloca aqui os principais grupos, as principais funções de governo para mostrar um crescimento das despesas obrigatórias da municipalidade de São Paulo. A gente pode ver que em 2021 a função Educação foi responsável por 17,5 bilhões de reais. Em 2022 está sendo projetado o valor de 18,9, quase 19 bilhões de reais.

Para a Saúde, nós saímos de um patamar de 15,2 bilhões em 2021 para 16,3 bilhões em 2022. Dá para ver um crescimento quase linear desde 2019.

No caso da Assistência, a projeção é de estabilização. Nós tivemos dois bilhões de reais em 2021, estamos projetando 1,98 para 2022, valor muito próximo aos dos últimos dois a três anos.

Na compensação tarifária do Sistema Municipal de Transporte Coletivo nós estamos verificando a projeção de um salto em 2022, saindo dos 3,3 bilhões de 2021 para 4,2 bilhões em 2022; é quase um bilhão de reais a mais.

Na limpeza urbana, as ações de concessão da coleta dos resíduos sólidos e da varrição dos espaços públicos, logradouros, a gente tem um total de 2,5 bilhões de reais projetados para 2022, valor ligeiramente superior ao do ano anterior, corresponde aos reajustes contratuais.

Para 2023, o Projeto de Lei Orçamentária Anual trabalha com um cenário econômico

de queda do índice de crescimento do PIB em relação a 2021. Está previsto no relatório Focus do Banco Central um crescimento de 2,76% para 2022 e de apenas 0,63% para 2023, então uma desaceleração do crescimento da economia nacional.

No caso da inflação, a gente viu inflação de dois dígitos em 2021, ela já foi controlada em 2022 e está prevista para 2023 inferior a 5%.

Em relação à taxa básica de juros, a Selic, para 2022 a projeção do mercado é de 13,75%; para o ano que vem, 2023, está prevista uma taxa de 11,25%.

Em relação às receitas e despesas do Município de São Paulo, que baseiam todas as propostas das pastas que apresentaram seus orçamentos nas últimas audiências públicas temáticas, nós estamos prevendo uma variação em relação à Lei Orçamentária Anual de 16% de receitas. A gente tem, então, um crescimento nas receitas correntes, 14,8%; nas receitas de capital, um decréscimo de 3%. E sem a receita intraorçamentária, que diz respeito à movimentação de recursos entre órgãos e entidades da municipalidade, estamos vendo um crescimento de 14% das receitas. Considerando as receitas intraorçamentárias, nós temos um crescimento de 16% das receitas.

Agora, em relação ao comportamento do ano, da execução orçamentária do ano, considerando aquelas projeções de receita até dezembro, nós temos um crescimento projetado de 5% em relação às receitas verificadas, auferidas no ano de 2022.

Entre as receitas de origem tributária, ou seja, aquelas que dizem respeito aos principais impostos do Município e também as transferências estaduais, como ICMS e IPVA, nós temos uma variação de 15% comparando com a LOA 2022, e de 7% comparando com a receita efetivamente auferida, conforme as últimas projeções aqui.

Entre as receitas não recorrentes, que são aquelas que não entram de maneira tributária e não entram de maneira regular durante os anos, de maneira constante, melhor dizendo, durante o ano, nós temos previstos quase quatro bilhões de reais para 2023, são 3,9. E o principal destaque nessas receitas não recorrentes são as operações de crédito, 2,398 bilhões de reais, além de 806 milhões de convênios com o Estado, 417 milhões de convênios

com a União.

Entre as renúncias fiscais, benefícios fiscais, nós temos o quadro de 2020 a 2025. Em 2022 nós tivemos um total de 22,2 bilhões de reais em renúncias e benefícios. Esse número fica bastante próximo da projeção de 2023, 22,6 bilhões de reais.

E do lado da despesa, por grupo de naturezas de despesa nós temos, de pessoal, uma variação de 7,11% a mais em relação à LOA 2022, mas apenas 5,35 em relação ao valor disponível, o valor disponível em 2022 foi ligeiramente maior do que aquele orçado inicialmente na LOA.

Nas despesas correntes nós temos um aumento de 18% em relação à LOA, mas apenas 2% em relação ao que foi disponibilizado ao longo do ano.

Nos investimentos nós temos a importante cifra de 58% de aumento em relação à LOA 2022, e 15% em relação ao que foi disponibilizado durante o ano.

Temos uma grande quantidade de inversões financeiras, proporcionalmente, um grande corte no serviço da dívida certamente relacionado ao acordo, relacionado ao Campo de Marte, à dívida do Município com a União que foi eliminada para 2023.

E nas sentenças judiciais a gente prevê um aumento de 23% a 28%, dependendo de com que você compara, no pagamento de sentenças judiciais.

Em geral, então, nós temos 7,6% de aumento da despesa em relação ao que foi disponibilizado durante o ano de 2022, e 15,79 se a gente comparar o Projeto de Lei Orçamentária de 2023 com a Lei Orçamentária de 2022.

Esses eram os grandes números. Acredito que com isso nós podemos debater de maneira contextualizada com o que foi falado nas audiências temáticas, nas últimas semanas.

Agradeço e fico à disposição para o que couber.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Okay. Eu só... Cadê o nome da Anatela, que eu estava aqui me organizando enquanto o Secretário passava a palavra. Foi o Samuel, não é? Samuel que fez...

**O SR. SAMUEL** – Isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Samuel.

Secretário, mais alguma...

Deixe registrar a presença do nobre Vereador Atílio Francisco conosco de forma *on-line*.

Alguma outra observação, Secretário? Ou passo ao Tribunal de Contas do Município?

**O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO** – Não, Sr. Presidente. Só também cumprimentar o Vereador Atílio Francisco, e podemos partir para as questões e os debates.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Muito bem. Então passo imediatamente para a Camila. Camila, você precisa me ajudar aqui, como se pronuncia, Camila Alexandra Majer Baldresca. (Pausa) Camila, não te ouço.

**O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO** – Seu microfone está desativado, eu acho, ou está com algum problema, Camila.

**O SR. MÁRIO** – Camila, se você não conseguir, saia e entre de novo.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Você nos ouve, Camila? Nós que não te ouvimos. Aliás, precisamos muito ouvi-la. É de fundamental importância que fale sobre o relatório do TCM.

Agradeço a Amanda e o Wallace, nossos intérpretes de libras.

**A SRA. CAMILA ALEXANDRA MAJER BALDRESCA** – Obrigada, Sr. Presidente.

Gostaria primeiramente de cumprimentar todos os presentes, Sr. Presidente, demais Vereadores, equipe da Secretaria da Fazenda e todos os munícipes que nos acompanham hoje.

O relatório de auditoria do Tribunal de Contas acerca do projeto de lei orçamentário já foi encaminhado previamente a esta comissão e também à Secretaria da Fazenda, em 23 de novembro de 2022. No relatório, foi projetado o histórico de realização e verificado, para ver se o projeto de lei está compatível.

**A SRA. MÁRCIA** – Camila, eu sou da Secretaria da Comissão de Finanças. A imagem fica congelada.

- A oradora passa a se referir a imagens compartilhadas virtualmente.

**A SRA. CAMILA ALEXANDRA MAJER BALDRESCA** – Sr. Presidente, o nosso relatório foi enviado à comissão e à Secretaria da Fazenda em 23 de novembro, e o objetivo dele foi analisar se as receitas e despesas foram projetadas de forma coerente com o seu histórico de realização e verificar se o projeto de lei está compatível com a legislação, as normas aplicáveis e os demais instrumentos de planejamento.

A análise da razoabilidade das principais receitas e despesas, o volume de investimentos previstos notadamente para a Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito, a SMT, e para a Secretaria Municipal da Habitação, a Sehab, encontram-se bem acima do seu padrão histórico, de modo a gerar dúvidas sobre as dotações orçamentárias previstas para os seus investimentos na PLOA.

Quanto à análise da conformidade, identificamos dois pequenos erros de redação. No primeiro deles, observamos que há uma prisão incorreta de despesa corrente, no valor de 23 milhões, relativo na fonte Campo de Marte, quando apenas despesas de capital ou para quitação de precatórios deveriam usar essa fonte. Isso ocorria devido a uma inversão de fonte, que fez com que a despesa que deveria cair como Tesouro, sem detalhamento, ou seja, livre, acabasse saindo como Campo de Marte.

Segundo, ao analisar a totalidade das despesas de capital fixadas na PLOA, em relação ao total das operações de crédito, observamos divergência de 50 milhões entre os montantes das despesas de capital informados em consolidado geral e no demonstrativo da receita de despesa, segundo as categorias econômicas.

Isso ocorreu devido a um ajuste na receita de ingresso que estava pendente de confirmação. Não foi atualizada, mas o quadro consta a mensagem. A gente entrou em contato com os técnicos da Fazenda, que irão providenciar esses ajustes no projeto de lei.

Além disso, com relação à capacidade de a Prefeitura alterar o orçamento... (falha na transmissão) ...da eficácia do dispositivo. Nesse sentido, é importante que essa questão seja reavaliada e, se necessário, seja estabelecido um novo limite... (falha na transmissão) ... havendo

uma discricionariedade razoável ao Poder Executivo, mas sem que seja concedida excessiva liberdade para a Prefeitura mudar a destinação dos recursos previstos no orçamento.

Adicionalmente, o valor do orçamento da seguridade social não está apresentado de forma... (falha na transmissão) ... E, por isso, recomendamos sua segregação, com vistas a promover a melhoria da transparência da informação.

Por fim, foram realizados três apontamentos relacionados a informações requeridas pela LRF, Lei Orgânica do município e LDO de 2023. O primeiro há projeção dos dois anos seguintes ao que se refere ao orçamento, ou seja, 2024 e 2025. Quanto a esse ponto, a Secretaria da Fazenda também se comprometeu a providenciar os ajustes no projeto de lei.

Quanto ao segundo deles, há a fixação de despesas orçamentárias com valores simbólicos. Esse já é um ponto infelizmente recorrente, que são notadamente insuficientes para implementação das ações.

E o terceiro e último é com relação à conformidade, a ausência de especificação... (falha na transmissão) ... no orçamento de investimentos estatais não dependentes: Prodam, SP Parcerias e SPDA. Essas foram então as análises do Tribunal. São as nossas considerações por hora.

Obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Okay. Eu considero que deu, né? Apesar de algumas pequenas dificuldades. Consulto vocês, conseguiram ouvir? Obrigado, Camila.

Vamos ouvir os inscitos. As inscrições se encerraram na fala do Secretário e do Samuel, que fez a exposição.

Vamos começar de forma *on-line*. Maria Angélica Oliveira. (Pausa) Jessica Caroline dos Santos Sales. (Pausa) Florisvaldo Santos Silva. (Pausa) Haydée Paixão. (Pausa) Wellyene Gomes Bravo. (Pausa) Alessandra de Oliveira Linhares. (Pausa) Leonardo A. G. Ramos (Pausa) Airam Percorari (Pausa) Antonio Marcelo de Souza Lima (Pausa) Márcia Fonseca Simões (Pausa) e a Eva Lúcia...opa, isso nos ajuda, quem se manifestou

**A SRA. MÁRCIA FONSECA SIMÕES** – Oi. Márcia Fonseca.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Okay, Márcia, tem a palavra.

**A SRA. MÁRCIA FONSECA SIMÕES** – Queria dar o bom dia para todos. Dizer que, aqui, eu falo em nome do Conselho de Alimentação Escolar e também sou dirigente do Sineesp e educadora da região.

Nós estamos acompanhando as audiências do Orçamento, sempre com esse foco na melhoria da alimentação, no combate à fome. Ouvimos, hoje, tudo que foi dito. Vimos que, agora, a Comissão terá de organizar, e a própria Prefeitura também, mas queríamos deixar essa marca: de que não nos esqueçamos do combate ao fome em todas as ações e, para isso, precisamos de orçamento. Não pode ser apenas um trabalho voluntário. O direito humano à alimentação está na nossa Constituição. Era esse o meu recado. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Okay, Márcia. Todos que eu já chamei, aviso à assessoria que, entrando, me avise imediatamente, se conseguir conectar.

Muito bem. O primeiro inscrito de forma presencial é o Fabio Siqueira. Fabio, três minutos, no limite de cinco, okay?

**O SR. FABIO SIQUEIRA** – Okay, Sr. Vereador Jair Tatto, muito obrigado, Presidente dessa Comissão; Sr. Sidney Cruz, Relator dessa Peça Orçamentária para o ano de 23; Vereador Atílio; representante da Secretária da Fazenda; Tribunal de Contas da municipalidade; público aqui presente.

Para o Tribunal de Contas, Sra. Camila, as perguntas são muito tópicas. Salvo maior engano, não vi publicado o Relatório Anual de Fiscalização neste ano, da Prefeitura de São Paulo, edição 2021. Gostaria de saber que dia foi publicado em Diário Oficial da Cidade esse relatório, pois é bastante importante saber como se procederam as contas da Gestão Ricardo Nunes e Bruno Covas no ano passado.

Também para o Tribunal de Contas a pergunta é muito clara: por que, nesses relatórios, se parou de licitar as empresas devedoras do Município de São Paulo? Isso é um grande escândalo para a Cidade, pois existem dívidas homéricas, imensas, que fazem falta ao Orçamento. Antigamente publicava-se esses devedores. Hoje não mais. E queria saber da

Secretaria de Finanças e Fazenda se estão cobrando esses devedores, empresas que desapareceram, são massa falida, ou seja, até quando eles vão continuar devendo para a municipalidade? Isso tem de ter maior transparência, Vereador Sidney Cruz. As empresas desaparecem e a dívida fica *ad eternum*, sendo que é um dinheiro que faz falta para o orçamento da Cidade.

Agora, Secretário de Finanças Guilherme, as perguntas são também muito claras. O Orçamento foi discutido aqui, mas deveria ser melhor debatido, pois a Vossa Secretaria não fez nenhuma audiência pública presencial neste ano de 2022. Será que até o final dos tempos só será virtual? Vocês não pensam que idosos têm dificuldades, como na rua aqui, Conselheira Maria do Socorro Alves, da questão de edital? Será que ela vai ser eternamente excluída? Você se compromete a voltar em março do ano que vem com as audiências? Ao menos uma por Subprefeitura para debater, como manda a lei, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, já para 2024? Por que esse medo de discutir o Orçamento cara a cara com a população?

É um grande...Não é à toa que esse Ricardo Nunes é um bolsonarista. Parece que ele está, infelizmente, introjetando péssimos valores de restrição total à participação popular. É algo realmente vexatório o que está acontecendo nessa Cidade.

Também peço ao Vereador Sidney, não, Vereador Jair que volte, no ano que vem, com as audiências temáticas nos locais. Vamos ver, vai haver tempo no ano que vem, no segundo semestre de 2023, além das temáticas, as audiências territoriais. A população do Campo Limpo, de Guaianases, do Jaçanã, do Raposo Tavares tem direito a ter audiências, já que a Prefeitura se recusa a dados, descumpra a lei, a Câmara Municipal deveria dar, também, até em suplemento, claro que não substitui, mas a população precisa participar. Ou será que vamos continuar no jugo bolsonarista de combate a qualquer participação popular?

Com emoção, vejo aqui na plateia, nossa querida Conselheira Maria da Guarda Rocha - a D. Rochinha -, com muita emoção porque ela perdeu seu grande companheiro e querido Conselheiro, histórico, Plínio Rangel Jr., em fevereiro passado. É um casal de história de luta na cidade de São Paulo. Então parece que não se observa esses grandes e bons

exemplos para a Cidade. Exemplos de participação popular, gratuita, honorável e completamente deliberativa.

Infelizmente, nos últimos anos, com Dória, com Rodrigo, com Bruno, com Jair, com Haddad - que criou grandes obstáculos, com essa mentira de Conselho Participativo, que não é deliberativo - temos de voltar ao Orçamento Participativo e Deliberativo como em 2004, quando a população debatia cada linha deste Orçamento. Por isso vocês têm medo, porque a população participava efetivamente. E o Conselho Municipal do Orçamento Participativo debatia em pé de igualdade com os Vereadores e com o Executivo. Então esse medo tem de acabar.

- Assume a presidência o Sr. Dr. Sidney Cruz.

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Sidney Cruz)** – Conclui, por favor.

**O SR. FABIO SIQUEIRA** – Por fim, encerro também comemorando a derrota de José Serra para Deputado Federal porque ele começou a bloquear a participação popular em 2005. Ele e seu Vice Gilberto Kassab. Quem sabe, agora, 1º de fevereiro, com esses senhores purgados, graças a Deus, da vida pública, democraticamente, se volte aos princípios participativos, como nos ensinou o OP, ou seja, população: você decide, a Prefeitura faz. E vocês são funcionários da Prefeitura. É o povo que decide, deliberativamente. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Sidney Cruz)** – Obrigado, Fabio Siqueira.

O próximo inscrito, de forma presencial, Daniel Cornejo. Com a palavra por três minutos.

**O SR. DANIEL CORNEJO** – Bom dia. Me ouvem bem? (Pausa) Bom dia todas, todos e todes. Prezado Presidente Tatto, prezado Relator Sidney Cruz e demais presentes nesta Casa.

Nós, o Coletivo de Professores das Escolas de Dança e de Música da cidade de São Paulo, desejamos manifestar nossa preocupação com a condução do projeto das escolas de música e de dança do Município.

Marcamos posição na última audiência temática, da Cultura, especificamente, e decidimos também vir, aqui, hoje, para sensibilizar mais pessoas sobre a nossa situação.

Pensamos em falar sobre a história dos mais de 50 anos da Escola da Música e os

mais de 80 anos da Escola de Dança; sobre os mais de mil alunos atendidos; sobre a importância dessas escolas no mercado de trabalho da música de concerto, da ópera e da dança; escolas que são referência no nosso país e na América Latina; que cerca de um terço dos atuais integrantes da Orquestra Sinfônica Municipal, da Osesp, do Balé da Cidade, dos Corais Lírico e Paulistano, são ex-alunos dessas escolas; o Maestro Roberto Minczuk, atual Diretor da Orquestra Sinfônica Municipal é ex-aluno. Isso sem contar aqueles que estão espalhados por outros estados do país e pelo mundo afora, nas Américas e na Europa. Falar sobre o fato de estarmos, desde a criação da Fundação Theatro Municipal, em 2012, sem correção nos nossos salários, fato esse que neste ano completa dez anos, o que já acarreta uma desvalorização de mais de 50%. Falar sobre nossa batalha inglória sobre essa demanda, que vem, desde 2018, atravessando numa das gestões da Secretaria de Cultura e da Fundação do Theatro Municipal e que, a cada mudança, volta à estaca zero. Tem ainda a questão do prédio anexo, que não foi entregue desde 2012, a dos os megaeventos ao lado das escolas com som nas alturas, que nos obrigam a cancelar nossas aulas, e também a do ar-condicionado, que não funciona em um ambiente sem ventilação em plena pandemia do coronavírus.

Na semana passada, em um grupo de professores, a maravilhosa cantora lírica e professora Luisa Francesconi comunicou que estava se retirando da escola e que uma das razões que contribuíram para essa decisão, entre outras, era a questão salarial. Neste momento, outra artista maravilhosa, solista da Osesp e também professora da escola, que preferiu permanecer anônima, se manifestou, e é isso que eu gostaria de ler para vocês, para exemplificar a situação que nós vivemos há tempos.

“Oi, Daniel, bom dia. Já que perguntou para Luisa, faço aqui um desabafo também. Estou repensando muito sobre ficar ou não na escola. O salário é, sim, um fator que pesa muito. Estou aguardando as decisões do reajuste e, com certeza, será bem determinante para mim e sigo com fé que tenhamos algum resultado concreto nessas negociações. Muitos anos em uma situação salarial estagnada, vendo a inflação aumentar e mais impostos; enfim. Sem contar as inúmeras ações para nos desmotivar por parte da diretoria nesses últimos anos.

Gosto demais das escolas e dos alunos, admiro todos vocês e sinto orgulho em fazer parte da Escola Municipal de Música. Porém, não me conforme de uma instrumentista de uma grande orquestra como a Osesp não ser igualmente valorizada como professora, o que, na verdade, deveria receber um reconhecimento ainda maior. É muito triste. A educação em geral precisa dessa valorização, os professores precisam ser mais reconhecidos e o salário é a contrapartida, a compensação dessa valorização. Tenho uma geração de professores na minha família, avó, mãe, duas irmãs. Minha mãe conta como, na época da minha avó, os salários eram mais dignos. Quem sou eu para questionar o salário dos instrumentistas da Osesp e do Theatro Municipal? Mas desejaria muito, mas muito mesmo, que nós, professores de música, fôssemos valorizados da mesma forma. Tenho fé, esperança e admiração por todo o trabalho e luta nessa causa”.

Eu gostaria de fazer um parêntese sobre isso que eu acabei de ler. A gente está nessa batalha, e acabou de abrir um edital no Theatro Municipal para preenchimento de vagas de instrumentistas, e o salário oferecido é três vezes maior do que o pago para nós atualmente. Eu não consigo entender por que existe tanta dificuldade de entenderem a nossa demanda, sendo que, dentro da própria estrutura do Theatro Municipal, as pessoas são remuneradas com dignidade. Eu queria só fazer esta observação: é um edital que está em andamento, e as audições vão ser feitas em janeiro.

Para concluir, nós já temos o apoio desta Casa com propostas de emendas ao orçamento da Comissão de Educação, Cultura, Esportes, em nome do seu Presidente, Vereador Eliseu Gabriel, da Vereadora Janaína Lima e da Vereadora Elaine do Quilombo Periférico e aceitamos qualquer outro apoio que nos ajude a fazer com que a Prefeitura reconheça nossa justa demanda: dobrar nosso orçamento, fazer a recomposição salarial do corpo docente e melhorar nossas condições de trabalho.

Apenas para pontuar em relação ao que foi falado agora há pouco sobre o orçamento, eu fiz o cálculo baseado nos 92 bilhões que foram apresentados, e a nossa demanda é de 0,007% nesse orçamento; é um nada. Por isso, eu peço que realmente vejam com carinho,

porque os alunos e São Paulo merecem.

Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Daniel.

Eu peço ao Secretário que nos mande a exposição feita – talvez já tenha até mandado. Sobre o relatório técnico, Fabio, o TCM já nos mandou e já foi publicado e publicizado. Você também questionou sobre a vinda do Relatório anual de Fiscalização.

O Vereador Dr. Sidney Cruz é membro da CPI dos Aplicativos e, como ele tem que participar de uma reunião técnica, ele pediu a palavra para antes de ir a essa reunião; mas depois ele volta.

Tem a palavra, nobre Relator Vereador Dr. Sidney Cruz.

**O SR. DR. SIDNEY CRUZ** – Obrigado, Presidente. Bom dia a todos.

Primeiramente, quero cumprimentar V.Exa.; o Secretário da Fazenda Guilherme Bueno; o Dr. Samuel de Godoy, que fez uma brilhante apresentação; a Camila Alexandra, do Tribunal de Contas do Município, representando nesta reunião o Presidente João Antonio; os Vereadores que acompanham esta reunião de forma virtual: o Isac Felix, o decano Atilio Francisco, com muita experiência na Comissão de Finanças e na relatoria dos Orçamentos dos anos anteriores, e o Gilberto Nascimento. Cumprimento ainda os técnicos da CTEO; a assessoria, a Rede Câmara, os demais presentes e os que nos acompanham pelas redes sociais.

Presidente, estamos finalizando a segunda audiência pública que entra nas audiências gerais e obrigatórias, em um total de dez audiências temáticas. Infelizmente, eu tenho que comparecer, porque sou membro da CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito - dos Aplicativos, e hoje nós temos uma reunião importante também. Vou pedir para a minha assessoria continuar aqui acompanhando as falas e fazendo todas as anotações. Eu sempre falo que todas as participações são importantes para construção dessa Peça Orçamentária. Nós estamos falando de uma cidade que tem um orçamento previsto de 95,8 bilhões de reais, Secretário Guilherme Bueno, sendo que mais de 60 bilhões são de receitas próprias geradas

pela cidade de São Paulo; um município, portanto, de fato muito forte.

Eu quero parabenizar o Fabio Siqueira, que, juntamente com o Pirata, é um dos cinco municípios mais participativos da cidade de São Paulo. Eu acho que a participação popular é de extrema importância para a construção de políticas públicas qualificadas e inclusivas.

Estamos na reta final deste debate e eu me coloco à disposição de todos vocês. Temos alguns dias para finalizar a Peça Orçamentária e fazermos a primeira votação. Eu tenho certeza de que, com todas as contribuições ofertadas nas audiências públicas, nós iremos construir uma cidade ainda mais inclusiva, com serviços públicos melhores e mais bem qualificados.

Eu quero agradecer a todos, porque eu não sei se eu consigo voltar, Sr. Presidente, mas eu estarei muito bem representado pela minha assessoria técnica.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Siga na sua dupla função de hoje, Vereador.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Nas várias funções. Eu posso imaginar de quantas reuniões V.Exa. terá que participar ainda hoje. Mas deixo o registro de que V.Exa. participou de todas as reuniões e assim, como uma tradição, quando o Vereador Atílio relatava, tem ouvido e vai ouvir os vários movimentos. E me consta, então, que até por conta de poder ouvir a todos e a todas, nós até transferimos a hipótese, que seria amanhã, de votarmos o relatório. Então, no dia sete, exatamente para poder permitir que ouçam...

**O SR. DR. SIDNEY CRUZ** – Na verdade, vou me debruçar em cima das demandas que são infinitas, Sr. Presidente. Aí nós temos um tempinho a mais até o dia sete para fecharmos esse relatório para ser submetido ao crivo do Plenário no dia sete.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Já fica o registro desta Presidência pelo excelente trabalho e pela capacidade de V.Exa. de estar ouvindo a todos e a todas.

**O SR. DR. SIDNEY CRUZ** – Eu que agradeço. Novamente quero parabenizá-lo pela condução dos trabalhos à frente desta importante Comissão para a Câmara Municipal, para a

cidade de São Paulo e, principalmente, para nossa população.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, nobre relator.

Juliete Moreno.

**A SRA. JULIETE MORENO** – Bom dia a todos. Presidente, bom dia.

Sou a Juliete, sou do grêmio da escola de música. Na semana passada, não consegui chegar a tempo para falar e hoje eu estou aqui.

Sabemos que o orçamento é o combustível para execução de uma política, por isso nesta audiência gostaria de reiterar alguns elementos de interesse dos estudantes da Escola de Música a serem considerados pela elaboração da peça orçamentária para 2023.

A Escola Municipal de Música está entre as mais renomadas instituições de ensino musical da América Latina. Diversos músicos influentes dentro fora do país passaram pela escola. No entanto, a escola tem atuado sob condições adversas e para garantir que possa entregar muito mais à população de São Paulo precisamos de melhores condições estruturais e maior valorização dos trabalhadores e das áreas de formação do complexo do Theatro Municipal.

O processo de transferência da escola para a Praça das Artes não se deu de forma participativa. A comunidade escolar não foi ouvida sobre suas necessidades de estrutura. A consequência da ausência de participação popular e a má gestão de recurso público acaba não atendendo às necessidades da população, por isso hoje estamos ocupando este espaço para a construção de um orçamento que olhe para as políticas de educação e formação em música de forma coerente com a potencialidade estratégica que estas têm.

Atualmente, temos um prédio que é lindo, projeto arquitetônico e urbanístico, mas continua não atendendo às demandas escolares. Alunos não têm espaço para estudar e não existem espaços de convivência compatíveis com número de alunos e funcionários do complexo.

Além disso, a falta de manutenção também prejudica o desenvolvimento das atividades. O prédio não possui circulação natural de ar de tal forma que a manutenção do ar-condicionado é requisito básico para as condições de aprendizado. Por isso, gostaríamos de

solicitar mais informações sobre o plano de ação da Secretaria para o prédio anexo, estruturas inacabadas da Praça das Artes durante o ano de 2023.

A formação não deve ser apenas um adeto em meio as atividades do complexo. A formação é o principal caminho para uma maior democratização do complexo do Theatro Municipal e, muitas vezes, através da escola de dança e música que jovens da periferia conseguem acessar este equipamento. Exigimos que o recurso seja direcionado a condições mínimas para o aprendizado, desde o direito a espaço suficiente para o estudante para o estudo, a remuneração digna do corpo docente.

Em síntese, nós, estudantes da Escola Municipal de Música, clamamos por melhores condições para o corpo docente da escola, manutenção das estruturas e instrumentos da escola e transparência e informação acerca das obras do prédio anexo.

Muito obrigado pela atenção. (Palmas).

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Juliete.

Maria de Guarda Rocha, conselheira do idoso.

**A SRA. MARIA DE GUARDA ROCHA** – Quero cumprimentar a todos os presentes, agradecer e lamentar que em uma audiência tão importante como esta, eu acho que esse plenário teria que estar cheio, porque há necessidade de discutir esse assunto tão importante. Realmente, os que tem responsabilidade e amor pelo próximo estão aqui. Parabéns a cada um. Em nome do senhor que está aqui na mesa, eu cumprimento todo povo do governo que se envolve com a administração do Estado, do município e que valorize essas audiências que acontecem na Câmara. Já participei há muitos anos de audiência da Câmara e que deu muito resultado.

Hoje, ouvi a fala do Dr. Fabio. Parabéns, Dr. Fabio. Acredito que com certeza, com o tempo, o senhor vai cobrando, cobrando, pode ser que o senhor tenha alguma notícia, algum resultado daquilo que já passou, que já perdeu, mas a política é isso mesmo. Vivemos sempre enganado, mas vamos confiar no presente e esquecer o passado.

Então, estou aqui para fazer uma reivindicação. Quero também cumprimentar o meu

amigo, meu companheiro de trabalho, professor Marcelo, que está sempre me ajudando nas minhas tarefas no nosso pequeno programa de rádio que falamos dos idosos.

Estou presente para falar dos idosos. Não gosto muito de microfone. Falo alto. Vou pedir licença e eu vou falar mais perto do povo.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – O que ocorre? A senhora estava falando maravilhosamente bem no microfone. Use este, senão não constará das Notas Taquigráficas. Então, é importante que conste.

**A SRA. MARIA DE GUARDA ROCHA** – A Abrapopess é associação mais nova, mas acredito que ela já trabalhou mais do que as antigas que tem, porque nós trabalhamos com os pobres, com os idosos, com os menos favorecidos. Eles não têm o privilégio de estarem no nosso meio, ouvindo, achando, sabendo que tem alguém querendo discutir a história de São Paulo. Eles se sentem abandonados.

O Dr. Fábio falou sobre Campo Limpo, Guaianazes e outros locais. Quero dizer para vocês que eu não passo no Campo Limpo, Parelheiros, Guaianazes, esse mundo todo da periferia só na época da eleição. Eu passo de três em três meses e eles acreditam em mim.

Quando falam: “Mas você conhece esse que você falou que vai votar?” “Não, conheço a Rochinha. Eu conheço a Rochinha. Acredito na Rochinha porque a Rochinha está lá todo dia.” E aí eu falo para eles o seguinte: a gente está falando aqui de quem trabalha, mas a hora que terminou a eleição, nós temos...os nossos administradores são todos que ganharam. Você não votou no governo tal? Ele ganhou e temos que juntos cobrar aquele que ganhou. Esse é o Governo de São Paulo. Esse é o Prefeito de São Paulo. Eu fui muito bem atendida pelo Prefeito, o falecido Bruno Covas, mas nada que ele me prometeu, ele não fez, não. Ele não fez. Mas eu estou aqui com a confiança. Eu acredito em cada um de vocês. E a minha vinda aqui, hoje, é porque nós estamos trabalhando na criação do Projeto de Envelhecimento Saudável.

Eu queria que vocês sentassem na cama, fizessem uma oração antes de dormir e pensassem: “Como será que está a minha mãe? Como será que está a minha avó?” A sua avó,

a sua mãe podem ser que estejam bem, porque, graças a Deus você tem condições de ajudar, mas têm algumas avós por aí, algumas mães por aí que não têm lugar para se deitarem; estão doentes, vão ao hospital, com muito sofrimento, fazer quimioterapia e desmaiam no banco do ônibus, porque não têm condições de pegar um transporte. E o Prefeito não põe um transporte, em todo o local da periferia, para levar esse povo para fazer quimioterapia e levar de volta para a casa. Isso é muito triste. Onde está o dinheiro que nossos avós... Eu tenho 84 anos e eu vou falar uma coisa para vocês, e acreditem porque eu tenho prova viva, eu posso passar um vídeo, um dia, para vocês: eu trabalhei, eu mexi com a minha mente e eu escrevi dois livros mostrando a situação dos idosos. Fiz o lançamento desses livros e, por causa do coronavírus, tinham uns idosos passando fome. No dia do lançamento eu vendi 500 livros e eu doe o dinheiro da venda para a compra de cestas básicas para esses idosos. Mas faltou cesta básica. Idosos ficaram sem.

Então, eu vim aqui para falar para vocês que vocês que nós precisamos nos lembrar daqueles que criaram São Paulo; que abriram essas matas e, depois, nasceram os seus filhos, que continuaram; ajudaram a fazer esta Casa; ajudaram a construir São Paulo. Hoje, esses filhos estão morrendo, eles não têm água encanada, eles não têm um banheiro para fazerem as suas necessidades, não passa a coleta de lixo na rua deles. Então, é muito triste essa situação. Temos de investir nos idosos. Eu posso trazer para vocês o meu trabalho e mostrar. Eu fiz nove seminários e quando ia completar o décimo, não pude fazer por causa do coronavírus. Eu fiz o seminário em um local maior que este aqui. Lotou. O Professor Marcelo e o Fabio são testemunhas de que tiveram, até, de colocar cadeiras do lado de fora de tanta gente, porque os idosos compareceram. E os idosos contaram a situação deles. E eu estou falando isso porque eu acredito em vocês, que estão aqui. Eu acredito, porque nós precisamos criar, investir nesse Projeto do Envelhecimento Saudável, mas nós precisamos ter dinheiro para fazer esse projeto. Nós viemos a esta Casa, subimos e descemos escada... Não me queixo dos Vereadores. Eles aprovaram, mas não foi para frente a Secretaria do Idoso. Não tivemos dinheiro para fazer nada. Não foi para frente. Isso é triste.

Minha gente, me fale: para onde vai o dinheiro? Eu sei que cada um de vocês administra, mas eu não sei se chega à sua mão o dinheiro todo que vem e para onde vai, e eu não quero saber. Eu só quero saber que, a partir de agora, nós mudamos a nossa vida. Nós temos de mudar, mudar para melhor, porque o meu projeto de vida, com a minha idade, eu não estou fazendo projeto só para os idosos. Eu estou pegando juvenzinhos. O Professor Marcelo traz lá da USP os meninos para me ajudarem a fazer o projeto.

Eu quero dizer para vocês: eu estou aqui e para sair daqui com a certeza de que o senhor que está na mesa, administrando agora, me fale: “Você vai ser chamada aqui para trazer o seu projeto e ser aprovado”, com esse auditório lotado, porque eu tenho casa para morar, eu tenho uma casa de aluguel, porque eu sou aposentada com um salário mínimo e não dá para sobreviver, mas eu tenho duas casinhas. E quem não tem? Mas eu não penso em mim. Eu tiro de mim para dar para os outros, mas eu estou aqui para falar com vocês. É uma pena que eu estou falando aqui, mas os que estão lá, no canto, estão conversando e nada estão ouvindo. Mas eu estou aqui com o compromisso que o senhor nos ajude a fazer esse projeto. Eu tenho certeza de que o senhor tem grande capacidade. Com esse pouquinho que está aqui, o senhor forma um montão. E nós vamos falar junto, nós vamos discutir o projeto, nós vamos trazer o projeto. Aliás, esse projeto partiu da ideia da Dra. Macilea, mãe de Alexandre Padilha, e nós tocamos ele para frente, e nós estamos fazendo essa pergunta: o que vai nos ajudar para ajudarmos o idoso? Porque o idoso é a experiência do passado, mas também ima alegria de um sonho realizado. Eu estou realizada por estar aqui, com vocês, porque eu acredito em cada um que está aqui. O Professor Marcelo continua me ajudando a fazer o Projeto do Envelhecimento Saudável e, no ano que vem, nós temos de aprová-lo, por favor.

Foi difícil eu chegar aqui, porque eu não consegui me inscrever, tentei entrar e vim correndo e eu cheguei aqui. Eu estava tão triste, quase chorando e eu cheguei aqui e está vazio. Vamos encher isto aqui. Eu vou ajudar a encher, mas o senhor tem de trazer as autoridades. Tem de trazer todos esses vereadores que estão aí, porque eu vou na periferia, em todo o lugar e eu falo de todos. Nós temos de levar. Cada um tem o seu, mas nós temos de estar lá, porque

se não tiver gente, nós não aprovamos.

É isso aí. Eu agradeço a atenção de vocês, mas eu estou aqui pelos idosos, porque o mundo tem muito mais idosos do que jovens, mas os jovens também têm boa vontade e estão nos ajudando. Por favor, Projeto de Envelhecimento Saudável, com grana para trabalhar. Pode ser administrado por vocês e com outras comissões.

Muito obrigado e um abraço a cada um. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, dona Maria.

Wellyene Gomes Bravo, tem a palavra.

**A SRA. WELLYENE GOMES BRAVO** – Bom dia, Presidente Jair Tatto. Bom dia aos presentes.

Sou conselheira do Conselho Participativo Municipal do Campo Limpo. É um prazer estar aqui novamente, participando de mais esta audiência.

Eu acho que é a final, Vereador Jair, é a última, e eu gostaria de trazer de novo, para a discussão, as obrigações das diversas casas e do planejamento da Cidade como um todo.

Desde 2.003, que foi aventada, em lei, a descentralização do planejamento da Cidade com a criação das subprefeituras. A própria senhora representante do Tribunal de Contas, a Sra. Camila Baldresca, ela também pontuou, dessa vez, nessa lei, nesse projeto de lei, e também foi pontuada outras vezes por outro representante do TCM a questão dessas rubricas simbólicas, que a gente não tem como atuar, a sociedade civil não tem como atuar no seu papel de controle e fiscalização. Então, eu gostaria muito que a Casa e o Secretário da Fazenda, o Sr. Guilherme Bueno; o Samuel também, que fez a apresentação, que vocês se atentassem aos dispositivos de lei que preveem a descentralização das ações e do Orçamento da Cidade e do planejamento territorial. Por isso que foram criadas as subprefeituras. Por isso que tem a previsão do Conselho de Representantes na Lei Orgânica do Município. E por isso que, em 2.013, foi criado o Conselho Participativo, para que ele faça esse controle, essa fiscalização e participe desse planejamento até a efetiva instalação do Conselho de Representantes, que foi questionado lá atrás e que já foi considerado constitucional.

Então, gostaria muito que esta Casa devolvesse esse projeto de lei para o Executivo, para que coloque as rubricas descentralizadas, como tem sido previsto em lei, com essas leis que preveem isso, para que a municipalidade possa exercer seu direito de controle e fiscalização.

Era isso que queria dizer. Agradeço muito a participação e o empenho da Casa, dos membros do Executivo e do Tribunal de Contas presentes na reunião.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Muito obrigado, Wellyene.

Seguindo, Rapper Pirata.

**O SR. ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS (rapper Pirata)** – Só para reforçar, quando eu comecei a fazer essas paradas aqui, é que entendemos lá atrás o que era correr atrás do direito. E quando começamos, que o moleção passava aqui, sempre as pessoas que são idosas já estavam aqui e aí compreendemos que quem defende a Cidade são as pessoas que têm mais informação.

Olha o que vou fazer, que é mais difícil ainda para entender. Fiz um evento neste final de semana, lá em Taipas, e tem um garoto chamado Alberto, que ficou com a gente sábado e domingo, o moleque chegava às 8h e ia embora às 18h, no sábado ele estava com a mesma roupa da escola. Eu acho que o que acontece com os Secretários, algumas pessoas, eles não têm noção, não têm ideia do que é isso. Eles não sabem quem são os Albertos, mas sabem depois condenar, depois vão falar, ah, virou crime, etc. É isso, não tem alimentação, não tem um monte de coisa.

E só quero também fazer outro elogio, quem dá um rolê na cidade de São Paulo sabe das transformações da Cidade, e sabe que isso foi por causa dos Vereadores também, dos políticos. Fazemos as críticas, mas se você pegar Taipas, Parelheiros, zona Sul, têm vários lugares que avançaram e não é muito longe, São Paulo é uma Cidade muito nova em alguns aspectos. Então, se pegarmos da década de 90 para cá, muitos bairros se transformaram porque alguns políticos sérios levaram as coisas para as regiões deles e têm as transformações. Acham que a periferia é casa de alvenaria, essas pessoas não conhecem a cidade de São Paulo.

Por isso estou trazendo isso, porque o Prefeito Ricardo Nunes poderia ser um Governo mais avançado, tem muito dinheiro, tem muita possibilidade e precisa trazer a população para conversar e fazer a política pública. Aqui a gente não vem fazer desabafo, não estou aqui desabafando, temos de compreender todas as coisas. O Regimento da cidade de São Paulo, ouvi aqui, tem de descentralizar a cultura, etc. Está escrito no Regimento da cidade de São Paulo. A cultura da cidade de São Paulo é descentralizada, tem de investir em pesquisa. Não é investir em evento, por que a pessoa faz evento? É para enganar os Vereadores, os Deputados, aí o Secretário fala, eu faço um show, levo 10 mil pessoas e fala assim, eu fui lá e tinha 10 mil pessoas. Mas 10 mil pessoas em um evento não é política pública.

Política pública é fazer o Alberto virar cantor, porque o moleque está cantando rap, esse moleque que estou falando devia ter, no máximo, oito anos e estava lá cantando rap do jeito dele. O Alberto é um garoto que na escola deve ter alguns problemas, mas está fazendo rap, estava lá dançando. É essa fita que estamos falando, é transformação, porque eu fui esse Alberto lá atrás e estou aqui trocando ideia para a cidade de São Paulo. Não estamos desabafando. E aí tira da outorga onerosa, tem dinheiro, tem 30 bi lá e os caras falam que não têm dinheiro. Invistam 3% do orçamento na assistência social, no esporte e na cultura. Essas políticas atingem a ponta. E aí, Secretários?

O Secretário da Fazenda, também o respeito, só para ele levar lá, porque essas reuniões de gabinete lá do Governo não estão dialogando com a Cidade. A cidade de São Paulo não tem planejamento, eles não apresentam. Se não tem planejamento não tem política pública, por que quem são as pessoas iluminadas que estão em um gabinete, que sabem o que vai acontecer? Planejamento é ouvir as pessoas, é isso. A cidade de São Paulo é que paga os impostos. Nenhuma pessoa que está no Estado tira dinheiro do bolso, tira dinheiro do nosso bolso. Tira a mão do meu bolso. Essa é uma frase de Malcolm X.

Então, só para terminar, invistam 100 bilhões, mas que garantam a periferia de verdade, estar no rolê. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Rapper Pirata.

Em seguida, Rogério Machado Limonti. Disse ao Secretário, chegou o nosso questionamento a fazer, o Rogério, todos sabem que é da Liderança do PT e também me assessora. Passei a ele alguns fatos para que interpretasse por mim, algumas perguntas, questionamentos.

**O SR. ROGÉRIO MACHADO LIMONTI** – Obrigado, Jair.

Bom dia a todos e todas, vou dividir a participação em duas questões, a primeira para o TCM e a segunda para o Secretário da Fazenda.

Para o TCM, vamos falar um pouco do balanço das contas do ano passado, 2021. Uma das questões analisadas pelo balanço foi a aplicação dos 25% da educação, o Art. 212, da Constituição Federal, que garante, no mínimo, 25% para a educação. O ano passado, de acordo com o relatório inicial da Secretaria de Educação, foram aplicados 14,2 bilhões na educação, o que daria 25.4% em manutenção e desenvolvimento do ensino. Porém, a hora que adentramos, acompanhamos mais de perto esse orçamento, verificamos que 5,2 bilhões – estamos falando de 14 – foram empenhados em dezembro, último exercício. E lembramos que o empenho é a primeira fase da execução orçamentária, é quando se autoriza o credor começar a executar. Então, o empenho – 5.2 – em dezembro, e desses 5.2, 3.3 bilhões foram empenhados no dia 30 de dezembro. Como é que se autoriza, no dia 30 de dezembro, para fazer uma execução.

Então, olhando para esses empenhos, a Bancada do PT fez uma avaliação e foi olhar todos os empenhos que foram realizados no mês de dezembro e achamos várias irregularidades. Vou destacar nesta fala inicial dois empenhos. O primeiro de 1 bilhão de reais para SP Obras, dois contratos, 200 milhões para a construção de escolas e 800 milhões para reforma de escolas. Lembrando que SP Obras é um órgão da Administração Municipal, então, foi um empenho sem licitação. E SP Obras não havia licitado.

Outra questão, um desses empenhos foi realizado no dia 30 de dezembro. Quando se tem um contrato, empenha-se no exercício só a parcela que se vai executar no exercício. E foi empenhado na sua integralidade, 100%. Aqui estamos debatendo a lei orçamentária anual, e esse anual vem porque é um princípio do orçamento, a anualidade. Então, só se empenha o que

se vai executar no ano, se empenhou 1 bilhão de reais e nada foi executado nesse ano. Em 2022, desse que está em restos a pagar, apenas 70 milhões de reais foram executados desse contrato. Então, se formos interpretar deveria ser, no máximo, 70 milhões de reais empenhados, em 2021.

Outro empenho que identificamos, foram 400 milhões de reais empenhados para a compra de uniforme escolar e material didático. Qual é o problema desse empenho? Não tinha identificação de credor. O empenho é a contraprestação para aquele credor, que ele pode realizar o serviço, que ele pode realizar a obra. Quando se faz um empenho sem identificação do credor, está totalmente irregular.

Bom, essas questões foram passadas para a representação do PT ao TCM. E o TCM, ao julgar as contas de 2021, acatou a maioria dessas considerações. E o relatório da auditoria indicava que foram executados para a Educação apenas 22,69%, em vez de 25%. Eles incluíram ainda outras alegações: compensações tarifárias, o programa com a primeira infância, enfim, outras questões de irregularidades também na Educação. No final, a Relatora do TCM, ao julgar as contas, ela considerou R\$ 22,8%. Então, 2,2% abaixo do mínimo.

O TCM passa por várias decisões: pela auditoria, depois pelo voto do Conselheiro, depois pelo Pleno. Esse é o caminho de um relatório a ser julgado. E, no julgamento, seria uma questão em relação a inscrição e restos a pagar, se poderia ou não poderia. Em nenhum momento, foi questionado se poderia, ou não. A questão não é se poderiam ser inscritos em “restos a pagar”, era o “empenho irregular”. Se o empenho fosse regular, poderia deixar em restos a pagar, mas o problema é que os empenhos foram irregulares.

E na decisão final foi que essa era uma questão a ser analisada em autos apartados, por isso a pergunta ao TCM de qual é a evolução dessa aplicação a 25% ser menor do que o que está na Constituição Federal. E faço só um adendo: como era um ano de pandemia, o Prefeito foi desresponsabilizado, porque está na Constituição Federal que ele seria responsabilizado por uma aplicação abaixo dos 25%, mas como era ano de pandemia foi aprovado no Congresso a Emenda Constitucional 119/2022, que tirou a responsabilidade de

governadores e prefeitos por aplicarem um valor abaixo; porém, essa diferença, esse 2,2% que não foi aplicado tem que ser executado em 2022 e 2023, acima dos 25%.

Portanto, essa é a pergunta inicialmente para o TCM: como avançou essa questão? Se realmente é 22,8%? A Prefeitura precisa aplicar esses 2,2% nos próximos anos.

E para o Secretário, a gente vem falando em relação à falta de planejamento, e vou passar um dado bem rápido. Deste ano, 2022, está em R\$ 96 bilhões. Então, o Orçamento atualizado deste ano já supera para 2023, que é de R\$ 95,6 bilhões. E quanto foi empenhado até ontem? R\$ 77 bilhões, uma diferença a ser empenhada até o final do ano de R\$ 18 bilhões.

Portanto, qual é o planejamento da Prefeitura, da Secretaria da Fazenda? O que está faltando para a Secretaria? Porque R\$ 18 bilhões é muito significativo.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Rogério.

Tem a palavra o Sr. Norberto Antonio da Silva.

**O SR. NORBERTO ANTONIO DA SILVA** – Eu vou hoje fazer uma pergunta complementar à que eu fiz na última audiência pública, que até agora não me deram nenhum posicionamento. Como se justifica e explica um aumento de 15,8% na receita total, de R\$ 82 bi para R\$ 95,8 bi? Como se justifica um aumento na receita corrente de 20,4%, um aumento no IPTU de 10%, um aumento no ISS de 23,1; um aumento no ICMS de 13,4%, sendo que o ICMS, o índice de participação do Município, para o ano que vem caiu 2,76%?

Paralelamente a isso, queria informar também que a inflação constante no Orçamento como base para o cálculo é de 5,36%. Ao mesmo tempo, a inflação esperada para esse ano varia de 7% a 8%.

Eu queria ressaltar também que, até outubro deste ano, a receita orçamentária foi de R\$ 77 bi; as despesas, de R\$ 61,6 bi. Ou seja, houve um resultado orçamentário da ordem de R\$ 15,5 bi, dinheiro existente no caixa que não foi gasto durante o ano e que dificilmente será gasto nos dois meses restantes do ano. Por que não se dá uma explicação sobre isso?

Por último, eu queria ressaltar que esse resultado orçamentário está ampliando o

caixa da Prefeitura, que hoje é de R\$ 34 bilhões. Ou seja, R\$ 95,8 bi do Orçamento, mais R\$ 34 bilhões em caixa, significa uma disponibilidade de R\$ 129 bilhões, contra o Orçamento aprovado no ano passado para este ano de R\$ 82,7 bilhões, o que significa um acréscimo de 57%. Eu gostaria de uma explicação, que até agora eu não ouvi nesta audiência. A única coisa plausível foi o que foi falado agora pelo Pirata.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado.

Tem a palavra a Sra. Isis Christensen.

**A SRA. ISIS CHRISTENSEN** – Bom dia.

Eu tenho 15 anos, estudo na Escola Municipal de Música desde os nove. Eu passei pela EMIA, pelo Guri, e então eu fui para a Municipal. Eu quero reforçar o que eu já disse na audiência pública da Cultura, o que faz a Escola Municipal de Música ser reconhecida no mundo todo: Quem transforma a realidade dos seus alunos são os professores.

Todos os anos respondemos um questionário “Por que você escolheu a Escola?”, a resposta da maioria é sempre pela qualidade dos professores. Nesse questionário, respondemos também a nossa classe social. A resposta é que a maioria vem da periferia e tem baixa renda.

A música não é só um entretenimento. Investir no ensino da música também é investir em cultura, educação, profissionalização e até saúde. Por exemplo, a Juliete, Presidente do grêmio, é musicoterapeuta.

Infelizmente, só existe uma Escola Municipal de Música, quando deveriam existir várias pela Cidade. Mas antes de abrirem outra é preciso que essa já seja um bom exemplo.

Gente, escutem quem frequenta a Escola, escutem os alunos e os professores, antes de quererem mudar as coisas por conta de vocês, como fizeram em 2019, e que acabaram desistindo depois do abaixo-assinado de 100.000 assinaturas: 100.000 pessoas que querem uma Escola Municipal mais forte.

Senhores, invistam na Escola Municipal de Música. Eu e outros alunos temos tantos sonhos. E é ali, através dos professores, que temos a oportunidade de conseguir mudar as

nossas realidades e conquistar os nossos objetivos, os nossos sonhos.

Três por cento para a cultura.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Tem a palavra Sheila Zala.

**A SRA. SHEILA ZALA** – Bom dia.

Segundo dados do IDGM e do produto interno bruto deste ano, São Paulo segue disparada como a cidade mais rica do país. No entanto, nós, moradores de São Paulo, não enxergamos essa realidade no nosso dia a dia.

Dividir para conquistar. Colocam uns brigando contra outros, e acabamos por dizer que uma área merece mais investimento que outra, quando, na verdade, todas precisam ser prestigiadas.

Eu apoio investimento nas escolas municipais de música e dança por uma questão muito óbvia: são as únicas administradas pela Prefeitura. Elas precisam ser fortificadas para que sirvam de exemplo para a sua disseminação por toda a cidade.

Apoio a valorização dos professores. Não se pode ser professor só por amor à profissão, é preciso que esses profissionais sejam reconhecidos por sua qualidade e importância. Eu apoio as reivindicações feitas pelos professores de música, pois são agentes transformadores de realidade.

Mas não poderia passar por aqui sem falar de outra questão também muito importante para mim, e falar por aqueles que não podem: os hospitais públicos veterinários atendem de segunda à sexta, das 7h às 17h, e, por dia, são distribuídas somente 20 senhas para novos casos, o que gera uma fila que começa a se formar às oito horas da noite do dia anterior.

Estive numa fila dessas e vi idosos passando a noite na calçada por uma chance de terem os seus filhos de quatro patas atendidos na clínica. Vi um rapaz visivelmente em tratamento de câncer aguardando atendimento para o seu amigo de jornada. Vi uma senhora correndo e carregando nos braços o seu grande companheiro em direção à clínica que tinha acabado de abrir enquanto gritava: “Não deu tempo! Não deu tempo!”

Não é somente sobre direitos dos animais, é sobre o direito de cidadãos de não verem os seus filhos de quatro patas definhando na sua frente, sem poder fazer nada. Uma cidade da grandeza de São Paulo precisa de hospital veterinário aberto 24 horas; e que os exames realizados não sejam somente os de baixa complexidade. E que, pelo menos, um aparelho de ressonância seja disponibilizado em um hospital veterinário público, que hoje não tem nenhum. O hospital é público, mas os exames mais caros precisam ser pagos e feitos fora. Essa lógica não bate, já que o hospital atende pessoas de baixa renda.

Por 3% para a cultura. E que todos os cidadãos possam ser prestigiados em São Paulo.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Tem a palavra a Sra. Maria do Socorro, a última inscrita.

**A SRA. MARIA DO SOCORRO ALVES** – Bom dia.

- Manifestação do público.

**A SRA. MARIA DO SOCORRO ALVES** – Nossa, bom dia, gente!

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Bom dia, D. Socorro.

**A SRA. MARIA DO SOCORRO ALVES** – Senti firmeza.

Olha, por incrível que pareça, eu passei 40 minutos no primeiro andar porque não havia pessoas que informassem onde estava tendo audiência do grande conselho.

Eu cansei, porque eu vi de debate de empresa, alimento. Eu digo: “Que história é essa?” A gente não tem o que comer, vai discutir com empresa? Aí eu me levantei, perguntei à uma moça que estava como anfitriã. Ela falou: “Não sei”. Eu disse: “Obrigada”. Então eu acionei, pedi ajuda ao policial. Aí ele me falou que estava aqui.

Em resumo, gente, que vergonha os nossos representantes – nada sabem, nada fazem. Eu vim aqui umas três vezes. E pensam que é fácil pegar ônibus, Zona Leste, Itaquera? Porque nós não temos acompanhamento de ninguém. Até hoje eu estou perguntando sobre orçamento e audiência pública.

Eu participo da Subprefeitura de Itaquera, sou do Conselho do Idoso e sou do

Conselho Participativo, aquele foi formado pela Marta Suplicy.

Vocês sabem, né?

Só que ninguém nos enxerga. Mas eu sou teimosa.

Quando eu até mostrei aqui o que eu recebo de aposentadoria, eu pego uma “Ubis” que me deixa no metrô – não daqui, de Itaquera.

Em resumo, gente, eu acho que vocês... Eu já estive aqui umas três vezes, já fui a outros setores, porque o que foi solicitado é a inclusão digital, porque o idoso vota. Ou não vota? Certo? Nós votamos, gente.

Eu atuo numa comunidade com quatro mil famílias. Cidade A. E. Carvalho, na Águia de Haia, [Associação Beneficente Esporte Cultura e Lazer] Nosso sonho.

Eu sou do tempo de quando foi criado o orçamento participativo. Tem muitas pessoas amigas que eu, de vez em quando, estou acompanhando e vendo.

Ontem eu estava no Pacaembu, para mostrar para eles que nós existimos.

Ou não?

- Manifestação do público.

**A SRA. MARIA DO SOCORRO ALVES** – Nós votamos ou não?

- Manifestação do público.

**A SRA. MARIA DO SOCORRO ALVES** – Esse “sim” está muito baixo.

Então eu peço, encarecidamente, como cidadã, se alguém tem a capacidade e a responsabilidade de criar o que já existe: a inclusão digital.

Eu fui humilhada no meio dos conselheiros porque eu tenho dificuldade de usar a internet. Eu não sou analfabeta, mas eu não gosto, eu gosto da minha mão, eu transmitir o que eu sinto, porque a internet, na minha região, Itaquera, A. E. Carvalho, os anjinhos passam a mão nos fios. E sempre estamos sem. E não temos o apoio da Subprefeitura de Itaquera.

Eu estou falando isso aqui abertamente. E eu não tenho medo.

Eu sou do conselho participativo da região de Itaquera, Cidade A. E. Carvalho. Eu atuo para quatro mil famílias. Cidade A. E. Carvalho, Conjunto Habitacional Águia de Haia.

Nós temos a desejar, porque ninguém nos enxerga, nos enxergam somente na época de eleição, porque molham a mão dos pilantras irresponsáveis que querem aparecer.

E eu atuo como conselheira do idoso, com o conselho participativo. E eu faço parte da Associação Beneficente de Esporte, Cultura e Lazer Nosso Sonho, que é uma ONG. E quem sustenta ela sou eu, porque eu sou aposentada com dois salários, e um deles é para a associação.

Eu acho que, se vocês tiverem um olhar para aquela periferia, onde 38% são idosos... porque eu tenho 21 anos lá. Eu fui uma das fundadoras, entendeu?

Gente, sem ofensa, eu acho que vocês têm mãe, vocês têm avó, e muitos entre vocês são. Seria bom vocês valorizarem a sua origem. E enquanto a vida eu tiver, eu vou vir aqui.

Eu sou atuante, a associação está lá. E ninguém assume os meus compromissos, não. E eu não puxo o saco de ninguém, porque eu acho que a gente tem que ter vergonha e dignidade. E vocês têm como ajudar.

A Prefeitura que pode responder pela gente que é Itaquera nada faz.

Vou tentar concluir: enquanto vida eu tiver eu não vou parar, porque Deus é pai, não é padrasto. Deus é pai de todos, dos anjinhos aos capetinhas, dos milionários aos miseráveis. Esse é o meu linguajar. Sou pernambucana, tenho 32 anos aqui e nunca mudei de opinião.

Obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Agora, nós vamos às considerações. Eu costumo inverter, Secretário. Começo pelo Secretário Samuel.

**O SR. SAMUEL RALIZE DE GODOY** – Pode, sim, Presidente. Como o senhor determinar.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Samuel, das suas respostas e considerações, depois, imediatamente, a Secretaria.

**O SR. SAMUEL RALIZE DE GODOY** – Certo. Eu vou fazer uma parte das respostas, a outra parte o Secretário vai fazer, está bem?

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Perdão, eu cometi um erro. Eu fiz a proposta e

propus a pessoa errada. Eu estava propondo inverter para o tribunal falar primeiro. Estamos habituados com o Marco que sempre vinha. Então, eu estava propondo que o tribunal se manifestasse primeiro. E passei para o Samuel que é da Secretaria.

Então, Camila, considerando a inversão do início, passo, imediatamente, à Camila que é para as considerações e respostas feitas pelo Tribunal de Contas.

Obrigada, Sr. Presidente.

**A SRA. CAMILA ALEXANDRA MAJER BALDRESCA** – O meu relatório anual de fiscalização das contas de 2021 da Prefeitura, com o parecer prévio do tribunal de contas, está publicado no *site* do TCM, inclusive, com a abertura do processo e essas informações que foram disponibilizadas em 12/07/2022, no link relatório anual de fiscalização. Inclusive, eu fiz uma pequena pesquisa e identifiquei no site de transparência da Prefeitura, em relatórios orçamentários, ao clicar em balanço anual exercício de 2021, há um link direcionando o cidadão diretamente ao site do TCM, na parte em que consta o relatório e parecer. Esse link foi incluído no chat, na audiência, no Youtube, pela equipe do TCM há pouco.

Sobre os devedores do município, o munícipe pode encontrar essa informação no site da Prefeitura em gestão, entrando na parte da Coordenadoria de Bens e Serviços, Cobes. Lá há uma lista de empresas que praticaram qualquer tipo de infração e foram penalizadas pela Prefeitura.

Sobre a questão dos empenhos da educação, o TCM tem uma coordenaria específica que trata do tema, no momento do PLOA não são avaliadas despesas nos empenhos específicos, mas iremos verificar o andamento do processo e entraremos em contato com a comissão com o status da análise.

Por ora, é isso.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, quem terminou de falar foi a Camila.

O Vereador Atilio Francisco está presente, quer se pronunciar? Não sei se o Vereador Isac Felix está? (Pausa)

Bom, agora, sim, vamos às respostas e considerações da Secretaria da Fazenda, Secretário ou Samuel.

**O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO** – Eu vou começar com as questões mais genéricas, Sr. Presidente. Depois, vou passar para o Dr. Fabiano e para o Dr. Samuel sobre um aspecto bastante importante que foi reiteradamente falado nas participações que é a parte de participação na elaboração do orçamento e do nosso planejamento, obviamente, do ponto de vista da Secretaria da Fazenda.

Mas, primeiro, queria falar sobre a fala da Dra. Camila: dizer que nós estamos avaliando o material que nos foi entregue. Recebemos isso na semana passada e estamos nos debruçando sobre as questões do Tribunal e sobre as questões mais importantes, alguns equívocos no preenchimento e tal – já fizemos as alterações, corrigimos isso, agradecemos sempre o trabalho competente do Tribunal, mas isso já está bem encaminhado.

A Márcia nos falou sobre o combate à fome. Eu queria reforçar que nós temos recursos no Fundo: são 200 milhões, aproximadamente, que estão no Fundo; e várias outras dotações e rubricas da Secretaria de Direitos Humanos e de Assistência Social que contemplam essa importante política pública.

Sobre a questão de falta de planejamento, vários falaram, e eu gostaria que o Samuel fizesse uma brevíssima explanação do processo e de tudo que a gente faz para incentivar a participação, as audiências temáticas e regionais, enfim.

Falando da pergunta do Sr. Norberto: bom, do ponto de vista do crescimento da receita, temos alguns tributos que foram especialmente bem, o ISS é um deles; temos um crescimento da atividade de alguns setores específicos, tecnologia é um deles, nós tivemos um aumento grande também na área da construção civil, enfim, alguns setores que foram muito bem. A Secretaria, a cada ano, aprimora seus métodos de fiscalização, de arrecadação. Não podemos nos esquecer que a inflação está caindo agora, a partir do segundo semestre, mas nós tivemos até o primeiro semestre uma inflação anual de 10% e, obviamente, isso acaba se refletindo também na arrecadação. Então, agora, sim, a inflação está caindo, mas durante o

primeiro semestre e boa parte do ano passado, tivemos um efeito inflacionário grande.

Sobre o saldo, é sempre perigoso falar de saldo. Óbvio: nós tivemos – já falei isso em todas as audiências públicas – superávit por dois anos e, talvez, tenhamos um pequeno superávit neste ano. O saldo do fim do ano é um pouco enganoso porque, no final do ano, aceleramos os empenhos. Eles não podem ser somados porque todo saldo financeiro que nós temos hoje vai ser usado com despejas já empenhadas. Então, o que vamos ter, sim, para poder ser usado no ano que vem é um eventual superávit que, para este ano de 2022, consumiu o de 2021 – 100% do superávit de 2021 já foi consumido neste ano e, quando a gente tiver a apuração final, obviamente, esse superávit pode ser usado.

Agora, mais importante do que isso, é com esse recurso adicional que nós estamos garantindo que a Prefeitura terá orçamento, recursos suficientes para cumprir o Programa de Metas, que é da ordem de 30 bilhões. Só de investimentos são mais de 20, só do Programa de Metas, e o Programa de Metas como um todo são 30 bilhões. É porque temos esse recurso extra que nós podemos garantir que não vai faltar dinheiro para o cumprimento desse Programa de Metas.

Com relação às questões de mérito, essa é a beleza desse processo, as políticas públicas são direcionadas de acordo com a discricionariedade do Poder Executivo, mas com a participação direta dos representantes do povo na Câmara Municipal. Então a palavra final sobre o orçamento é da Câmara Municipal, e obviamente nós respeitamos isso. Fico feliz que haja sempre pessoas participando e buscando defender seus direitos e interesses.

Eu gostaria que o Samuel, que é o nosso Coordenador de Planejamento falasse sobre todo o procedimento de planejamento aqui da Secretaria e de como a gente incentiva, inclusive vai intensificar isso para o ano que vem, a participação da sociedade em todo o processo.

Agradeço e passo a palavra para o Samuel fazer essa explanação.

**O SR. SAMUEL RALIZE DE GODOY** – Muito obrigado, Secretário. Obrigado a todas e todos pelas manifestações que aqui fizeram.

Nós, na Secretaria Municipal da Fazenda, temos um processo participativo na elaboração do orçamento denominado Orçamento Cidadão. Esse processo incrementa a realização de audiências públicas, que já é uma prática de muitos anos, com um sistema de recebimento, priorização, eleição e análise de propostas específicas para o orçamento, que é baseado num portal chamado Participe+.

Esse processo Orçamento Cidadão, como uma remodelação das audiências públicas, nasceu entre 2019 e 2020, no âmbito do segundo Plano de Ação em Governo Aberto. Contou com a participação de algumas secretarias municipais e de algumas organizações da sociedade civil, cidadãs e cidadãos que participaram da elaboração do Plano de Ação em Governo Aberto. Ele prevê um conjunto de instrumentos de participação presenciais e eletrônicos e a parte presencial não foi realizada ainda, porque esse processo nasceu em 2020, ano em que eclodiu a pandemia de Covid-19.

Por isso esse processo ainda não foi plenamente colocado em prática, porque nós tivemos restrições do ponto de vista da segurança das pessoas envolvidas. Nós não poderíamos fazer os grupos de trabalho presenciais em 2020 e 2021, mas, apesar disso, já tivemos três ciclos do Orçamento Cidadão baseados no Participe+ e nas audiências públicas eletrônicas. Este foi o terceiro ano que houve a participação da população por meio do portal Participe+ e também das audiências eletrônicas.

Para 2023, a lei orçamentária incluiu 84 propostas que vieram de munícipes e nós acompanhamos todas as propostas em sua execução, durante o ano da lei orçamentária. A cada quatro meses, as secretarias responsáveis por executar cada um dos compromissos, precisa fornecer algumas informações sobre quanto já foi empenhado, quanto já foi liquidado, qual é o *status* da proposta, se já começou, se já foi concluída, se ainda não começou e por quê. Todas as informações ficam reunidas no portal Participe+ e também nos processos administrativos eletrônicos de elaboração das propostas de cada pasta.

Esses processos são públicos, estão disponíveis na internet, no sistema de processos administrativos da Prefeitura e os números dos processos estão listados no portal

Participe+. Então qualquer pessoa pode acessar e verificar qual é o *status*, qual é a situação de cada uma das propostas que foi incorporada ao orçamento, bem como os motivos que levaram a secretaria a considerar que uma proposta foi viável ou inviável.

Em relação às audiências públicas eletrônicas e não presenciais deste ano, a Lei de Diretrizes Orçamentárias 17.839, de 20 de julho de 2022, no seu artigo 6º, §3º, permitiu que as audiências fossem eletrônicas, caso, por causa da pandemia, não fosse possível fazê-las presenciais, do ponto de vista da segurança das pessoas envolvidas. Mas para 2023, nós já estamos trabalhando com o planejamento de fazer audiências presenciais, com a discussão presencial nos territórios das 32 Subprefeituras com as cidadãs e os cidadãos que lá residem ou frequentam, enfim todas as pessoas podem participar de quantas audiências gostariam.

Lembrando que neste ano, de 2022, tivemos dois ciclos de audiência no primeiro semestre. Em abril, houve 32 audiências eletrônicas, na primeira fase de coleta de proposta, e mais 32 audiências em maio para priorização das propostas, ou seja, as pessoas puderam enviar as suas sugestões no Participe+, puderam manifestar suas sugestões nas audiências e, depois, puderam manifestar suas prioridades, suas preferências... (Falha na transmissão.) ...propostas que foram enviadas.

Em sequência, as propostas recebidas foram priorizadas pelo Conselho Participativo Municipal. Cada conselho, em cada subprefeitura, é responsável por escolher as propostas mais importantes para aquela região. Entre as propostas escolhidas, a população vai e elege, no portal Participe+, as cinco propostas consideradas mais importantes.

A população participa manifestando suas propostas no portal, manifestando suas propostas nas audiências, participou neste ano indicando suas prioridades nas audiências eletrônicas e participa também por meio das reuniões do Conselho Participativo, na escolha das propostas e na votação direta das propostas no portal Participe+.

Em sequência, as propostas eleitas são analisadas pelas secretarias, do ponto de vista da sua viabilidade técnica, orçamentária e jurídica e, por fim, as propostas com sua análise de viabilidade são apresentadas em audiências públicas devolutivas, que neste ano aconteceram

em outubro, de maneira eletrônica, também de maneira regionalizada, de forma que as secretarias participam prestando contas, por que determinada proposta foi considerada viável ou inviável.

Em sequência, o projeto de lei segue aqui com as audiências e com o relatório da Câmara Municipal, de maneira que as instâncias de participação não se esgotam no Executivo, elas continuam no Legislativo até o momento em que a Câmara determinar a votação da Peça Orçamentária.

Repetindo, para 2023, nós temos intenção e estamos planejando as audiências presenciais para o Orçamento Cidadão, de forma que a gente vai poder participar ao vivo e presencialmente de todas as audiências, em todas as 32 regiões de Subprefeituras.

Em relação à territorialização do orçamento ou a regionalização do orçamento, tanto a Peça Orçamentária, o projeto de lei orçamentária anual quanto o projeto de lei do PPA quanto as leis aprovadas do PPA, da LOA e também no âmbito da execução do orçamento, em todos esses momentos, em todos esses instrumentos, temos o chamado detalhamento da ação, que é uma forma de codificar a localização territorial de cada gasto.

Então cada secretaria, cada subprefeitura, é responsável por indicar na proposta orçamentária e também na execução do seu orçamento onde, no território, foi gasto determinado recurso e com o quê. Cada dotação orçamentária, cada conta-despesa do orçamento tem que ter um valor atrelado a determinado local no território. Hoje, nós classificamos as despesas como não regionalizáveis ou como regionalizáveis em cinco regiões ou como regionalizáveis em 32 subprefeituras. Estamos trabalhando para que, a partir dos próximos anos, a gente regionalize também em distritos. Nós temos 96 distritos. Isso ajuda a especificar cada vez mais onde se dá o gasto público. Cada Secretaria então é responsável por lançar no Projeto de Lei Orçamentária onde está previsto determinado gasto e, durante a execução do Orçamento, para cada liquidação, para cada gasto efetivamente realizado, onde foi gasto aquele recurso. ... (falha na transmissão)... a distribuição no mapa... (falha na transmissão)... gasto em cada... (falha na transmissão)... dotação, em cada política... (falha na transmissão)... Lembrando que existe...

(falha na transmissão)... não regionalizáveis... (falha na transmissão)... que são regional... (falha na transmissão)... ou na sub... (falha na transmissão)... futuramente no distri... (falha na transmissão)... outros níveis aí que vie... (falha na transmissão)... ajustar... (falha na transmissão)... instrumento que está previ... (falha na transmissão)... plurianual 2022/2000... (falha na transmissão)... de distribuição territorial do Orçamento... (falha na transmissão)... distribuição regional do gasto, que também... (falha na transmissão)... no ônibus aí... (falha na transmissão)... no Art. 5º do... (falha na transmissão)... que é a Lei 17... (falha na transmissão)...9 de 2000... (falha na transmissão)... ela... (falha na transmissão)... uma fatia do Orçamento... (falha na transmissão)... nos quatro anos... (falha na transmissão)... 2022, 23, 20... (falha na transmissão)... e dentro dessa fatia os invés... (falha na transmissão)... expansão dos serviços públicos tem ... (falha na transmissão)... de maneira proporcional... (falha na transmissão)... com vulnerabilidade, acesso à infraes... (falha na transmissão)... ação de cada uma das 32 subprefeituras... (falha na transmissão)... falando aqui do Orçamento... (falha na transmissão)... subprefeitura... (falha na transmissão)... por órgão, tem ali as... (falha na transmissão)... e a gente tem também as secretarias muni... (falha na transmissão)... cretaria de Subpref... (falha na transmissão)... de Educação, de Saúde, de Assistência, de Inova... (falha na transmissão)... de Direitos Humanos e tantas ou... (falha na transmissão)... essas secretarias precisa fazer... (falha na transmissão)... de acordo com essa propor... (falha na transmissão)... e mais... (falha na transmissão)... que são mais vulnera... (falha na transmissão)... infraestrutura e que te... (falha na transmissão)... ação de acordo com essa fatia do Orçamento que foi separada.

Isso está normatizado no Decreto... (falha na transmissão)... orçamentária e, ao final do exercício, a Secretaria Executiva de Planejamento entrega as prioritárias, que integra a Secretaria de Governo... (falha na transmissão)... juntamente com a Secretaria Municipal da Fazenda, precisa... (falha na transmissão)... relatório de... (falha na transmissão)... regionalizado dessas despesas previstas... (falha na transmissão)... Então ... (falha na transmissão)... diz respeito a... (falha na transmissão)... vai ser divul... (falha na transmissão)... erramento do ano 2000 e... (falha na transmissão)... muito certamente no... (falha na transmissão)... 23 em algum...

(falha na transmissão)... de 2020... (falha na transmissão)... nós es... (falha na transmissão)... posição para esclarec... (falha na transmissão)... quer dúvida sobre isso e... (falha na transmissão)... pem aqui a informação... (falha na transmissão)... essas características do planejamento estão dispo... (falha na transmissão)... da transparência... (falha na transmissão)... Orçamento Munici... (falha na transmissão)... no portal... (falha na transmissão)... também tem os *links* ali para os arquivos ... (falha na transmissão)... desse assunto... (falha na transmissão)... contato, enfim... (falha na transmissão)... aqui à disposição da Câmara Municipal.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Okay... (falha na transmissão)... um pouquinho no final, mas deu para ouvir. Um pouquinho de problema técnico aqui também.

Bom, imediatamente agradecer à equipe da CETEO, nossa equipe técnica, mais uma vez, a nossa assessoria legislativa. Quanto trabalho, não é, Mário, Carmem e Márcia? De troca de... (falha na transmissão)... não é fácil, não, a tarefa de vocês.

Conseguimos dez audiências, duas gerais, 12 no total. Com relação à qualidade indiscutível, o nível da qualidade, e com relação à quantidade continua um grande desafio em certas pastas.

Quero novamente dizer, vencendo mais uma etapa do debate sobre o Orçamento, que o Orçamento se dá no primeiro semestre, não é, Fábio? É lá na Sub... Não, mas não é LDO apenas, é nas subprefeituras, quando se discutem as demandas locais, que D. Maria... D. Socorro, ela coloca com muita propriedade quando ela defende o território dela. Ela está colocando exatamente isso. Então ainda há esse grande desafio, de a gente trazer... Claro que vem baseado, mas é muito esvaziado. Eu diria...

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Positivo. Então existe o Conselho de Representantes, é uma lei, está na Lei Orgânica, e isso precisa funcionar melhor. E aí vamos dizer que é um desafio de todos e de todas, seja poder público, seja da população também e os representantes.

Então eu acho que a gente considera que foi muito positivo, mais uma vez, esse

debate. Fica sempre, Secretário, a dúvida da carga financeira muito salutar, que eu insisto, que vem dos anos anteriores, que não era comum, não era corriqueiro nos últimos anos, e que é muito razoável dar essa boa notícia, venham correndo. O Secretário informou, sim, o formato como se dá, mas a gente considera... É que tivemos dois anos, quase três, de um momento diferente da vida.

Sobre o Relator, quero reafirmar, reiterar o compromisso que ele está atendo com os movimentos, com os diferentes segmentos da sociedade. Eu diria que é um desafio maior, este ano, para ele. Pediu até que prorrogássemos o primeiro relatório para o dia 7.

Certamente, Secretário Samuel, vocês terão um relatório que, na minha opinião, terá que ser bastante alterado no aspecto não financeira, de pastas no geral e de projetos dentro das pastas, quando se fala do idoso; a cultura, então, é um cardápio, um leque enorme de diversidade que nos oferece oportunidade de debater. Isso é muito salutar. Quando você separa por projeto e cada um pode vir aqui... Quando veio aqui a... me emocionou muito, a garota da... e o Pirata veio dizer “não, não é a treta daqui contra lá, não. É legal aqui, mas nós precisamos traduzir isso...

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – É, é traduzir para o conjunto da Cidade. E aquilo que é bonito, seja onde for, que se espalhe.

Eu também tenho que correr para a reunião da Bancada. Se eu esqueci de agradecer... Ah, às assessorias dos nobres vereadores e vereadoras que estão aqui; nosso procurador querido que está aqui, sempre nos acompanhando.

E vamos seguindo em frente. Tenho certeza de que nós teremos um relatório nunca o suficiente baseado nas demandas, mas teremos um relatório bastante razoável. Eu costume dizer o seguinte: farei de tudo para votar favorável ao relatório, *okay?* Dizer que eu farei de tudo... Eu disse ao Relator, ou seja, ele vai ter que ser muito bom, baseado em tudo aquilo que eu ouvi aqui.

Está bom. Secretário, muito obrigado, Dr. Guilherme, sempre presente, mesmo de

forma *on-line*, mas nunca deixou de estar presente em todas, não só do Orçamento, em outras audiências que foi solicitado. Samuel, obrigado pela contribuição. Camila, muito obrigado. Amanda e Wallace.

**O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO** – Presidente, muito obrigado também.

Quero parabenizá-lo pelo trabalho, o trabalho de toda a Comissão, do Vereador Sidney Cruz, nosso relator. Foi um trabalho árduo da Câmara, eu sei disso, esta Comissão trabalhou muito. E nós, obviamente, como disse e repito, nós respeitamos a competência da Câmara Municipal de dar a palavra final sobre o Orçamento.

Enfim, estamos aqui sempre à disposição. Obrigado a todos. Parabéns a todos que participaram, este é um processo democrático bacana, a gente quer incentivar isso na Fazenda. O Samuel é um entusiasta disso e estamos nos esforçando para que a sociedade participe cada vez mais. É sempre um desafio, mas a gente está avançando.

---

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Muito obrigado a todos e a todas.

Nada mais a tratar, encerrada a Audiência Pública, última, derradeira do Orçamento da cidade de São Paulo para o ano de 2023.

Obrigado. (Palmas)